



## Transformations in the devices of power: homeschooling and the production of the self-businessman of the neoliberalism

## Transformações nos dispositivos de poder: o ensino domiciliar e a produção do sujeito empresário de si do neoliberalismo

## Transformaciones en los dispositivos de poder: la educación en el hogar y la producción del sujeto auto emprendedor de neoliberalismo

Lucas de Oliveira Carvalho<sup>1</sup> , Juliana Santos Monteiro Vieira<sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

### Autor correspondente:

Lucas de Oliveira Carvalho

E-mail: lucas.historiando@gmail.com

**Como citar:** Carvalho, L. O., & Vieira, J. S. M. (2021). Transformations in the devices of power: homeschooling and the production of the self-businessman of the neoliberalism. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12310. <https://doi.org/10.20952/jrks2112310>

### ABSTRACT

This article aims to discuss how the growing debates around the homeschooling model are effects of the transformations in the power devices of today. From authors such as Michel Foucault, Gilles Deleuze and others, we will seek to raise some indications of how the society of industrial capitalism of Modernity, operationalized by disciplinary devices of power and which has institutions such as the school, playing a fundamental role in the formation of subjectivities, are suffering a process of flexibility in its mechanisms of power, something typical of the current neoliberal capitalism model. We will try to show, in this context, how the model of homeschooling is not only aligned with the flexibilities of neoliberalism, but, mainly, with the production of a new type of subject, the self-businessman. We aim, therefore, to contribute with the investigations about the intentions and functionalities of the homeschooling model that tries to spread in Brazil, paying attention to the production of these subjectivities.

**Keywords:** Education. Homeschooling. Neoliberalism. Power devices.

### RESUMO

Este artigo pretende discutir como os crescentes debates em torno do modelo de ensino domiciliar são efeitos das transformações nos dispositivos de poder da atualidade. A partir de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, entre outros, buscaremos levantar alguns indícios de como a sociedade do capitalismo industrial da Modernidade, operacionalizada por dispositivos disciplinares de poder e que tem instituições como a escola ocupando papel fundamental nas formações de subjetividades, estão sofrendo um processo de flexibilização em

seus mecanismos de poder, algo típico do atual capitalismo neoliberal. Procuraremos evidenciar, nesse contexto, como o modelo de ensino domiciliar não só está alinhado às flexibilizações do neoliberalismo, mas, principalmente, a produção de um novo tipo de sujeito, o empresário de si. Almejamos, assim, contribuir com as investigações acerca das intencionalidades e funcionalidades do modelo de ensino domiciliar que tenta se difundir no Brasil, atentando para a produção destas subjetividades.

**Palavras-chave:** Dispositivos de poder. Educação. Ensino domiciliar. Neoliberalismo.

## RESUMEN

---

Este artículo tiene la intención de discutir cómo los crecientes debates en torno al modelo de orientación familiar son efectos de las transformaciones en los dispositivos de energía de hoy. De autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, entre otros, buscaremos plantear algunos indicios de cómo la sociedad del capitalismo industrial de la Modernidad, operacionalizada por dispositivos disciplinarios de poder y que tiene instituciones como la escuela jugando un papel fundamental en la formación de subjetividades, están sufriendo un proceso de flexibilización en sus mecanismos de poder, algo propio del capitalismo neoliberal actual. Intentaremos mostrar, en este contexto, cómo el modelo de educación en el hogar no solo se alinea con las flexibilidades del neoliberalismo, sino, principalmente, la producción de un nuevo tipo de sujeto, el autoemprendedor. Apuntamos, por tanto, a contribuir con las investigaciones sobre las intencionalidades y funcionalidades del modelo de educación en el hogar que intenta difundirse en Brasil, prestando atención a la producción de estas subjetividades.

**Palabras clave:** Dispositivos de energía. Educación en el hogar. Educación. Neoliberalismo.

## INTRODUÇÃO

---

No período moderno, que compreende os séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX, em uma sociedade atravessada pelo capitalismo industrial, a educação e a instituições escolares instauradas a partir de um modelo universalista e público, tiveram papel fundamental na constituição de sujeitos, necessariamente alicerçados nos valores de Estado – em que pese a democracia liberal burguesa da época – e de produção. Conforme afirma Charlot (2014, p. 21):

Antes da Segunda Guerra Mundial, o Estado, na sua relação com a educação, permanece um Estado Educador: pensa a educação em termos de construção da nação, paz social, inculcação de valores. A partir dos anos 1950 e, sobretudo, 1960, ele se torna Estado Desenvolvimentista: claramente (França, Japão, Coreia do Sul, Brasil etc.) ou de forma disfarçada (Estados Unidos), ele pilota o crescimento econômico e coloca a educação a serviço do desenvolvimento.

Michel Foucault (2016) no curso chamado “*A sociedade punitiva (1972-1973)*” percebe que, ao final do século XVIII, para além das transformações nas tecnologias de poder e punição em torno da prisão e do direito penal, havia algo mais amplo na sociedade, algo denominado por ele como um modelo de “sociedade disciplinar”. Foucault notou a confluência de um conjunto de técnicas de poder e saber, que exerciam uma verdadeira função de “sequestro” dos indivíduos dispersos. As práticas disciplinares, o enquadramento dos sujeitos em instituições fechadas, a sincronização desses corpos a uma funcionalidade homogênea em tempo e espaço específicos são acontecimentos marcantes de um período de ascensão do capitalismo industrial e de um processo de rearranjo na organização social, onde as massas dispersas são ajustadas e onde a vida é transformada em força produtiva (Foucault, 2016).

Em “*Vigiar e Punir*” (1975), Foucault se demora nas minúcias da mecânica de funcionamento desse aparato disciplinar e de produção desse sujeito da Modernidade. Foucault, por vezes constrói análises das instituições escolares – da organização espacial e da

distribuição dos lugares na sala, da organização do tempo de aula e das disciplinas, dos processos de exame, dos mecanismos de normalização –, como lugares de docilização e produção do sujeito disciplinado. Fato é que a educação tem papel central na formação da sociedade moderna e na constituição e corporificação dos valores dos sujeitos educados. Dificilmente, toda essa estrutura social, política e econômica teria funcionado sem a distribuição e a especificação das funcionalidades de cada indivíduo na coletividade (Foucault, 2014).

Como já afirmou Charlot (2014), o Estado teve papel importante até meados do século XX na função de educador e formador de mão de obra especializada para o trabalho. Obviamente, essa relação não pode ser encarada um movimento apenas de cima para baixo, e sim, um movimento cíclico, onde o Estado e a instituições se retroalimentam. É neste sentido, que todo debate, todas as lutas em torno da educação dentro desse limite histórico, seja pela via da dominação e do disciplinamento ou pela via da emancipação e da revolução, será tratado dentro da perspectiva estratégica de uma política de Estado.

A partir dos anos 1970, com a crise do fordismo e a emergência da revolução tecnológica, a crítica em torno da regulação do Estado e de suas instituições se agravará profundamente. Na visão de Gilles Deleuze (2010), o capitalismo estaria no vórtice do esgotamento de seu modelo industrial, e conseqüentemente, como efeito colateral, toda a composição da organização social centrada nas instituições de confinamento, não poderia dar mais conta das novas exigências que o sistema impunha. Diz o filósofo: “[...] mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser” (Deleuze, 2010, p. 223-224).

Deleuze (2010) então, é taxativo: “Encontramo-nos uma crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família” (p. 224). Para Deleuze (2010), o que viria depois do colapso dessa sociedade disciplinar seria algo como uma sociedade de controle, ou seja, uma sociedade que operaria em modo aberto, portanto, fora do modelo de confinamento da disciplina, com uma simultaneidade e maior intensidade, no que se refere ao processo produtivo. O capitalismo empresarial, em substituição ao seu modelo industrial, exigia agora sujeitos mais “flexíveis”. Antes de Deleuze, Foucault no curso intitulado “*O nascimento da biopolítica*” (1979), faz uma reflexão sobre as críticas dos neoliberais com relação ao Estado. Na concepção dele, ao depositar toda radicalidade da crítica ao autoritarismo, a repressão e a censura na figura do Estado, os teóricos esqueceram-se ou não quiseram se atentar para o fato da existência de outras formas autoritárias e repressoras fora da cercania do Estado. Já percebia, assim, a abertura de um campo discursivo para a emergência de um novo tipo de sujeito, um sujeito empresário de si (Foucault, 2008). Está agora nas costas dos indivíduos, a responsabilidade de seu sucesso ou seu fracasso; cabe agora a este sujeito do capitalismo empresarial, gerir suas próprias potencialidades, investir em si. A educação, nesse sentido, transita de uma política de Estado para um investimento necessário na formação de capital humano, de um projeto coletivo de sociedade para uma opção individual.

Percebe-se que o debate sobre a educação atualmente, e em especial, do ensino domiciliar, está diretamente ligado às transformações políticas e econômicas na sociedade, bem como nos dispositivos de poder. O ensino domiciliar (*homeschooling*) já é uma realidade em vários países da Europa e nos Estados Unidos. O debate sobre o tema não é uma novidade e remete a meados dos anos 1960. No Brasil, ao menos desde os anos 90 algo sobre o tema tem sido abordado por parlamentares e setores organizados da sociedade. Nos últimos anos, todavia, o assunto tem repercutido de maneira mais intensa. A Associação Nacional de Educação Familiar (ANED), por exemplo, informa em seu site que entre os anos de 1994 e 2019 pelo menos oito projetos de lei e uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) foram colocados em discussão no Plenário, almejando a regulamentação do ensino domiciliar (ANED, n.p.). A ANED, buscando referendar o aumento da adesão das famílias ao modelo de ensino

domiciliar, exibe pesquisa na qual: “[...] em 2018 com 1209 pais que se dizem simpatizantes ou entusiastas da educação domiciliar, mas ainda mantêm os filhos na escola. 68% (821) afirmaram que deverão optar algum dia pela educação domiciliar; 41% (500) aguardam uma regulamentação para que possam optar pela modalidade” (ANED, n.p.).

Não existem maiores explicações, no endereço eletrônico da ANED, acerca da forma de coleta desses dados, mas apenas os resultados. Dessa forma, fica clara a intenção de através de números materializar a força da narrativa em prol do apoio ao ensino domiciliar. Outro aspecto importante diz respeito à pesquisa ter sido realizada em 2018, ano eleitoral, quando o ainda candidato e hoje Presidente da República, Jair Bolsonaro, se mostrava bastante simpático ao ensino domiciliar. O atual governo assume práticas neoliberais na economia mescladas as práticas fundamentalistas, conservadoras e autoritárias no jogo político. Essas articulações políticas e ideológicas, que em princípio podem parecer contraditórias com o pensamento neoliberal, para Brown (2020) são justamente o contrário: o conservadorismo, os valores tradicionais da família e da propriedade privada sempre foram parte integrante da organização social proposta pelo pensamento neoliberal. O fato novo, na visão da Brown (2020), estaria na atual faceta autoritária e repressiva do neoliberalismo, que assume decisivamente “[...] um caráter antissocial e agressivo que se manifesta publicamente em ataques abertos aos outros” (Brown, 2020, n.p.). É sob essa ótica que a defesa do governo pelo avanço do projeto do ensino domiciliar reflete, por um lado, um aceno ao mercado da educação e, por outro lado, mais um golpe sob a educação pública, acusada pelo governo de desenvolver atividades doutrinadoras no ambiente escolar.

Acreditamos que os embates sobre o ensino domiciliar se dão nesse contexto das transformações atuais no campo do saber e da sociedade. É nesse sentido que buscaremos investigar as intenções e as funcionalidades desse modelo e sua relação com a produção de subjetividades em nossa Contemporaneidade.

## **DISCUSSÃO**

---

### **A racionalidade na Modernidade e a educação como política de Estado**

A Modernidade inaugura-se como movimento que fez contraponto ao período do Medievo. Nesse sentido, o Iluminismo do século XVIII reivindica o uso da racionalidade como guia para a emancipação e desenvolvimento do homem, como instrumento libertador das relações de dominação que o pensamento religioso do Medievo impunha ao indivíduo. O processo civilizatório da Modernidade, então, se fundaria nos princípios de universalidade, autonomia e individualidade (Rouanet, 1993). É sob a perspectiva do indivíduo que racionalmente transcende a massa e pensa por si, que o ideário moderno se construirá.

Segundo Rouanet (1993), há uma alteração nesta relação indivíduo/coletividade. No Medievo, havia o entendimento de que a autonomia e, conseqüentemente, a liberdade do indivíduo estariam sujeitados à coletividade, ou seja, “[...] nas sociedades tradicionais, o homem só existe como parte do coletivo – do clã, da gens, da polis, do feudo, da nação” (Rouanet, 1993, p. 15). Caberia então, ao pensamento racional, através da crítica dessa concepção, potencializar o desenvolvimento e a libertação do indivíduo.

O indivíduo não teria uma ligação orgânica, natural com o coletivo ou com o corpo social; a construção social seria algo mecânico, regido por uma racionalização que se materializa no contrato, no Estado, nas formas de governo, e que tem como objetivo fazer de seu funcionamento algo harmônico, sincrônico, garantindo assim o acesso à liberdade e ao desenvolvimento de todos (Rouanet, 1993). Os acontecimentos que se desenrolam a partir do século XVI trazem o debate em torno do homem racional para o campo social e pra vida com um todo.

A Reforma Religiosa do século XVI estabelece a fé religiosa como reflexão, afirmando a “soberania do sujeito” a partir do exercício do discernimento. O Iluminismo e a Revolução Francesa realçam o princípio da liberdade da vontade como fundamento do Estado, trazendo para a vida comum o que antes era mandamento divino (Lima, 2002, p. 61).

O Estado na Modernidade é pensado sob aspectos racionais e atua como uma espécie de garantidor e regulador das relações sociais, estabelecendo recortes e limites na atuação de cada indivíduo. É notório, nessa conjuntura, que o processo educativo seria tragado para dentro do Estado, como mais uma função e responsabilidade dele. Assumir as rédeas da educação de seu povo era também garantir o domínio sobre a formação dos indivíduos, sob os valores e a formatação política e econômica de cada Estado, e no caso do Ocidente, à guisa da democracia liberal burguesa e do capitalismo industrial emergente.

Como afirma Boto (2011, p. 24), o “[...] Estado precisaria não apenas do monopólio legítimo da força física, mas também da produção de níveis de consentimento da sociedade. Sem a formação de consensos, o próprio Estado não subsistiria”. Ou seja, para além dos aparelhos de repressão, haveria de se estruturar um conjunto de intelectuais, de saberes, colocar em operação um tipo de racionalidade para pensar, dominar e fazer conduzir os indivíduos em um bom ordenamento.

O século XVIII delineou a ação de seus letrados de maneira a conferir a eles a missão de esboçar – à luz dos interesses do Estado - seus prospectos e visões de mundo. Foi isso que eles fizeram. É possível dizer que os homens de saber Enciclopedismo foram intérpretes de seu tempo e organizadores do moderno Estado-Nação e, como tal, coube a eles colocar a público seus pensamentos e seus projetos (Boto, 2011, p. 28).

Essa relação do Estado como condutor, como gestor da população, como responsável por um conjunto de exercícios positivos de poder, ou seja, a postura do Estado como provedor, como protetor da sociedade foi fruto de um processo longo que culmina com uma série de acontecimentos, lutas de unificação e solidificação da sociedade burguesa e capitalista.

Foucault em curso intitulado “*Em defesa da sociedade*” (1975-1976), nos mostra esse percurso de lutas, sangue e pólvora no qual um conjunto de disputas se centralizaram em torno do Estado. Foucault esclarece que todo processo de produção de uma racionalidade, que se articulará a uma forma política e econômica centralizada no Estado, é fruto de uma série de produções, condições e interesses históricos, ou seja, é fruto de um momento da produção e da organização humana e não algo essencializado, algo naturalmente pronto e acabado, esperando apenas o momento de ser desvendado (Foucault, 2010). Diz Foucault (2010, p. 28-29): “Foram os mecanismos de exclusão, foi a aparelhagem de vigilância, foi a medicalização da sexualidade, da loucura, da delinquência, foi tudo isso, isto é, a micromecânica do poder, que representou, constituído pela burguesia, a partir de certo momento, um interesse.”

São as transformações históricas, as transformações no campo de interesses que nos ajudam a compreender as modificações das relações e das tecnologias de poder. É se atentando às condições de possibilidades de cada período que, em suma, podemos entender os porquês da transição, de um exercício negativo do poder estatal, antes dentro de uma dinâmica de soberania, para um modo de positivação do mesmo poder, sob uma lógica integrada à uma sociedade disciplinar.

Ao falar do suplício, Foucault (2014) esclarece como o poder do soberano se exercia de uma forma negativa e se impunha de uma forma mais global e homogênea para toda população. O poder do soberano exercia seu peso sobre o corpo supliciado, na perspectiva de reforçar seu próprio poder e, assim, se destacar da massa. Com o avanço do pensamento liberal burguês, das novas formas de composição política e econômica do Estado, há uma necessidade de um fazer ver, não tanto ligado a figura do soberano, mas a figura da população. É nesse momento, que

uma gama de saberes integrados à diversas instituições, sendo a escola uma delas, engendram uma série de práticas de poder, que se relacionam a uma sociedade disciplinar.

Nesse sentido, não se trata tanto mais de supliciar o corpo, mas de moldá-lo as necessidades e interesses de uma sociedade de capitalismo industrial; moldar esse sujeito, constituir esse corpo exige uma tecnologia de poder que capture os detalhes, que seja capaz de identificar na massa as particularidades, as individualidades. Do corpo supliciado constitui-se assim, um corpo funcional, que tem lugar fixo, regularidade em suas ações e obediência a um conjunto de normas (Foucault, 2014).

E pelo jogo dessa quantificação, dessa circulação dos adiantamentos e das dívidas, graças ao cálculo permanente das notas a mais ou a menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua os “bons” e os ‘maus” indivíduos. Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor (Foucault, 2014, p. 178).

Vemos então, que os mecanismos disciplinares não tratam de excluir, de aniquilar os sujeitos, mas de utilizá-los, de empreender funcionalidades à eles, de acordo com suas virtualidades. É desta maneira, que o Estado assume a função de guia, de condutor da sociedade; é o Estado e suas instituições que garantem a normalidade, protegendo a sociedade dos riscos dela própria. Percebe-se que, atrelado a todas essas instâncias de poder, há uma racionalidade, que através de saberes como os da Criminologia, da Psiquiatria, da Medicina e também da Pedagogia, somam-se a esse exercício de conduzir a sociedade. A Educação será um dos instrumentos mais fundamentais de atuação dessa racionalidade, na medida em que “[...] assume o aperfeiçoamento do gênero humano como sua tarefa pedagógica de maior significado” (Lima, 2002, p. 60).

Sob a incumbência do Estado, a educação assume pra si os valores filosóficos, políticos e econômicos da época e atua de forma decisiva junto aos dispositivos disciplinares de poder, na construção do sujeito moderno e na operação de sua funcionalidade no espectro social. Lima (2002, p.72), então, assevera: “O sujeito pretendido pela modernidade é aquele que age conforme a razão e, por meio da educação, desenvolve a inteligência (poder racional reflexivo do sujeito epistêmico), racionaliza a vontade (sujeito moral) e se converte em cidadão por meio da inserção no mundo do trabalho (sujeito político).”

Pelo poder de constituição das potencialidades desse sujeito da Modernidade, fica claro o entendimento da educação como uma obrigação, uma política de Estado. No curso dessa problemática, Nogueira-Ramirez (2011) questiona-se justamente sobre o porquê a educação, que até meados do século XVI havia sido algo restrito à poucas instituições, a partir dos séculos XVII e XVIII, torna-se uma obrigação de Estado, um direito fundamental. Em suma, porque a partir de determinado momento da Modernidade é preciso ensinar, educar, formar a sociedade.

Por essa explosão de práticas educativas e pedagógicas, por sua difusão e intensificação cada vez maior é que podemos afirmar que estamos diante de outro tipo de organização social; essa que eu chamo de “ sociedade educativa” na medida em que , como nenhuma outra na história, pretendeu educar (ensinar, instruir, formar) de maneira sistemática todos os seres humanos como condição para sua humanização e para o crescimento, enriquecimento e fortalecimento das nações (Nogueira-Ramirez, 2011, p. 79).

Especificidade de um tipo de sociedade, a constituição desta “sociedade educativa” só se demonstrou viabilizada a partir de uma relação mútua com uma forma de governo (Nogueira-Ramirez, 2011). E nesse sentido que governar não passa apenas por técnicas de condução dos sujeitos, pelos aparatos de repressão e enquadramento, mas, primordialmente, pelas formas de gestão das condutas, gestão biológica, política e moral da vida. Assim, não basta técnicas de

ajustamento de produção e de fixação, no qual os sujeitos são inseridos; é preciso internalizar, englobar como algo essencial à vida, como algo referente a uma espécie de natureza humana, da qual não podemos nos furtar, da mesma forma que não podemos nos furtar ao nosso instinto de querer matar a sede ou a fome.

A missão que a educação teria no processo de humanização, mais do que uma instrumentalização, seria parte da constituição de uma forma de existência em sociedade e de um tempo histórico específico. Nesse sentido, nenhuma forma de governo, nenhuma política de desenvolvimento do Estado, nem a própria missão do Estado de defender a sociedade seria possível, sem a criação de formas de condutas e de existências, de liberdades e de emancipação específicas. Desta maneira,

[...] esse caráter antinômico da escola indica que ela participa, a um mesmo tempo, das esperanças e das utopias modernas, mas contém em si o contrário dessa pretensão em função do processo de burocratização do sistema escolar [...] a escola se torna subjugada a uma razão subjetiva, que abafa os poros de comunicação com o mundo da vida, priorizando processos que, ao formalizar a compreensão da tarefa pedagógica, reduzem as possibilidades de sentido (Lima, 2002, p. 73).

As lutas pela emancipação do homem, os mecanismos e as relações de dominação foram parte dos ciclos de confrontação dentro do modelo moderno educacional. Esse campo de confrontação na educação compõe um paradoxo incontornável no pensamento liberal capitalista. Os liberais, especialmente os clássicos, se veem num impasse: de um lado encampam a luta contra a tirania em favor da liberdade e de outro lado preocupados com seus próprios interesses agem para condicionar a construção desses mecanismos de liberdade sob as formas de regulação de seu poder (Hobsbawn, 2012). Sob essa ótica, as práticas de liberdade dificilmente estariam separadas de dispositivos de governo e de dominação.

Apesar dos conflitos e das contradições existentes, o modelo educacional que se firma na Modernidade, mesmo com um foco no indivíduo, se constituiu como fruto do debate e da disputa no âmbito social e coletivo. O modelo que se forja após o processo de crise do Estado de Bem-Estar Social, por volta dos anos 1970, ao fazer uma crítica radical ao Estado em prol do mercado, retira a educação do debate coletivo e o joga quase exclusivamente como uma questão de vontade individual. É sobre esse ciclo de transformação que travaremos o debate acerca do fortalecimento da defesa do ensino domiciliar.

### **O Estado sai de cena: o neoliberalismo e os empresários de si**

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por um período de recrudescimento das políticas de livre mercado. Naquele momento, havia um consenso de que o mercado, sem nenhum tipo de regulação estatal, estaria fadado a produzir coisas como o que se viu no período da guerra. Inaugura-se, assim, um período caracterizado por forte regulação estatal, fundamentado nas políticas keynesianas, somadas a uma forte alta na geração de empregos e de lucros, devido ao momento de reconstrução da Europa. A onda de progresso e desenvolvimento consolida-se na construção de um Estado de Bem-Estar Social; esse ciclo de mais ou menos 30 anos ficou caracterizado como a “Era de Ouro” (Hobsbawn, 1995).

Para Arantes (2014), o ciclo da “Era de Ouro” do capital, foi nada mais do que uma trégua, uma pausa, um descanso para a máquina de moer gente do capital. É preciso registrar que essa trégua, ainda assim, foi garantida às custas de duas guerras mundiais e de toda política imperialista e neocolonial na periferia do mundo, no exato momento em que a Europa se recuperava. Na visão de Arantes (2014), esse período de 30 anos era apenas um estágio de preparação para a fase que estaria por vir, a partir dos anos 70, com o Neoliberalismo.

Paulani (2006) busca tratar a formação do projeto neoliberal como fruto da incapacidade de manutenção dos lucros e do desenvolvimento garantidos com a reconstrução da Europa e de parte da Ásia, e os processos de industrialização da América Latina. A autora

mostra como parte do capital, em grande medida centrado no dólar americano, vai buscar sua valorização no próprio mercado financeiro. Nos anos 1970, com os novos ciclos de crise, o caminho estava aberto para a contestação do modelo intervencionista e para a expansão de práticas neoliberais.

Essa nova fase é marcada pela exacerbação da valorização financeira, pela retomada da força do dólar americano como meio internacional de pagamento, pela intensificação, em escala ainda não vista, do processo de centralização de capitais e pela eclosão da terceira revolução industrial, com o surgimento da chamada 'nova economia' (Paulani, 2006, p. 72).

A eclosão da 3ª revolução industrial será outro fator que alterará drasticamente o processo produtivo, a organização internacional do trabalho e o protagonismo do Estado na sua atuação frente à sociedade. Menegat (2008) entende que a incursão da 3ª revolução industrial altera mecanismos na forma de produção que impossibilitariam qualquer retorno a uma "época de ouro" e busca retratar como uma maior sucessão de capital constante vai expulsando do processo de produção o capital variável, ou seja, o trabalho vivo. Essa alteração incontornável no processo de produção altera decisivamente o papel e a função do Estado.

A atual configuração do capitalismo torna impossível – e indesejável – qualquer volta ao passado dos 30 anos gloriosos da expansão pós-Segunda Guerra. A formação de imponentes corporações multinacionais, que suprimem as fronteiras do Estado Nação conforme seus interesses particulares, enfraquece os instrumentos estatais de controle e regulação, tornando a esfera pública um espaço impotente, cuja própria forma é incapaz, não apenas pela falta de vontade política, mas, principalmente, pela completa ausência de força e formas organizativas que possam confrontar estas corporações e seus poderes supranacionais. O velho Estado burguês parlamentar é uma forma inapropriada para enquadrar as novas configurações do capital, que dele se usam, comprando-o e chantageando-o conforme suas necessidades. A imposição de reduções e isenções fiscais, assim como a plena liberdade de movimento de capitais e mercadorias, são apenas um capítulo desta situação em que o Estado vai-se tornando redundante neste novo arranjo social, não obstante ser impossível a existência de mercado sem o Estado, e vice-versa (Menegat, 2008, p. 3-4).

Nesse sentido, o contínuo desmonte do Estado de Bem-Estar Social faz parte de uma tarefa necessária da fase atual do capitalismo para assim continuar seu processo de acumulação de capital. Deleuze (2010) compreendeu esse ciclo de transformações e de crise do Estado, de crise das instituições disciplinares, ao refletir sobre o que entendia ser uma trajetória de desgaste e de superação do modelo fordista de produção e a emergência de um modelo empresarial de sobreprodução. Ou seja, nas palavras de Deleuze (2010, p. 228), "[...] já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado".

O curso do agravamento da crise do Estado e da crise das instituições disciplinares se estenderam ao campo da educação. O modelo universalista da Modernidade não podia ser compatível com um capitalismo cada vez mais focado na especialidade e no diferencial dos serviços. Deleuze mais uma vez diz: "O princípio modulador do salário por mérito tenta a própria Educação nacional: com efeito, assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substituir o exame. Este é o meio mais garantido de entregar a escola à empresa" (Deleuze, 2010, p. 225).

Deleuze claramente fala dos efeitos na escola a partir da transformação de seus dispositivos de poder, antes assentados em uma lógica disciplinar da Modernidade industrial e agora, inseridos em uma mecânica típica de uma sociedade de controle, de uma sociedade empresarial. No âmbito dessas transformações, Foucault (2008) também percebe uma alteração no acoplamento entre racionalidade e governo. Para ele, a partir de uma crítica radical dos neoliberais às interferências do Estado no governo da população, abriu-se um caminho para

a construção de um novo tipo de racionalidade, alinhada com outros instrumentos de governo, não mais assemelhados a forma Estado.

A constituição de um sujeito empresário de si não se vincularia mais a uma subordinação estatal, mas sim a sua vontade. Esse sujeito tem agora, mais do que nunca, responsabilidade pelo seu êxito ou pelo seu fracasso perante a sociedade. O empresário de si se constitui a partir não de valores nacionais ou coletivos, mas a partir do próprio mérito, perante a concorrência de mercado. As transformações operadas no centro do capitalismo e a reorientação da sociedade através no espectro da concorrência, fazem surgir discussões sobre outras formas de educar a população. É nesse contexto, especialmente no fortalecimento dos ideais neoliberais, que a partir de meados dos anos 1960 se fortalece o discurso em prol de uma educação domiciliar.

### **O modelo de ensino domiciliar e a liberdade liberal**

Um dos aspectos fundamentais deste novo modelo de educação é sua luta contra o ensino compulsório, ou seja, contra o ensino como uma função e obrigação do Estado. Em uma crítica ao monopólio do Estado sobre a formação da população fortalecem assim, a ideia em torno da liberdade de escolha sobre como cada família deve educar seus filhos (Oliveira & Barbosa, 2017). Estes valores coadunam com os ideais de livre mercado e também com a crítica do pensamento neoliberal à intervenção estatal. Por trás dos discursos e exigências de liberdade e da crítica do que seria uma certa tirania do Estado, o que se percebe é que existe um grande interesse de empresas e de setores do mercado financeiro no espólio, no vácuo que poderia ser deixado com a perda de protagonismo do Estado nas questões referentes às garantias e direitos fundamentais, como é o caso da educação. O ensino domiciliar “transformou-se em um grande negócio, com um forte mercado que mobiliza editoras, empresas que atuam em congressos (que atendem milhares de pessoas), venda de materiais na internet, entre outros, proporcionando-lhes grandes lucros, além do financiamento público das escolas virtuais” (Oliveira & Barbosa, 2017, p. 205).

Neste mesmo itinerário de estudos sobre as atuações e interesses do mercado em modelos educacionais fora da regulação do Estado, como é o caso do ensino domiciliar, Adrião & Garcia (2017) demonstram como o modelo domiciliar é um campo fértil para expansão dos negócios educacionais. Fazem ainda um alerta sobre a falta de regulação do mercado nesse tipo de atividade e de negócio, sobre as problemáticas do acesso ao conhecimento, da educação submetida às regulações financeiras do mercado e à saúde financeiras das famílias, implicando assim, na perda de um direito igualitário e universal a educação (Adrião & Garcia, 2017).

Barbosa (2016) ao tratar da ambiguidade do ensino domiciliar como um direito de escolha ou como uma possibilidade de aproximação da mecânica de mercantilização da educação, traça argumentos necessários sobre o risco de transformação da educação, de um bem cultural coletivo e público, em algo do campo individual e privado. Sob essa ótica, acreditamos que os debates em torno do ensino domiciliar estão diretamente relacionados ao aparato de transformações dos dispositivos de poder aqui citados, que estabelecem no mercado os instrumentos de gestão da vida e de construção das subjetividades do sujeito. O sujeito empresário de si fundamenta-se em valores individuais e para subsistir em uma sociedade regida pela concorrência de mercado, precisa constantemente aperfeiçoar seu capital humano.

A formação do capital humano tem como elementos constitutivos os inatos e os adquiridos. Os elementos inatos corresponderiam às ações visando melhorar o capital humano genético; os elementos adquiridos são correspondentes às aquisições de certas qualidades advindas da educação, da saúde e de outros campos que possam oferecer ou agregar novos deslocamentos na conduta do sujeito, de forma que seu desempenho possa conquistar mais eficiência (Aguilar, 2013, p. 105).

O sujeito empresário de si é o produto da sociedade empresarial e do avanço violento do capital em questões fundamentais da vida societária como, por exemplo, o direito ao acesso à educação. O debate coletivo sobre o conhecimento, sobre os modelos escolares, sobre as instituições escolares é reduzido a um instrumento, a um produto necessário ao aprimoramento de capital humano. Nesse modelo atual, o debate em torno do comum torna-se mais e mais reduzido ao nível do indivíduo. Segundo Gorz (2005), o conhecimento torna-se uma grande fonte de riqueza e um grande trunfo de lucro na fase atual do capitalismo, já que o caráter regulatório por parte do Estado sai de cena e cai sob os ombros de cada indivíduo, que detém a responsabilidade de formar a si próprio; está em jogo uma economia de poder que no nível da autoexploração. Para Gorz (2005, p. 10), nesse modelo a pessoa é uma empresa. No lugar da exploração, conjugam-se a auto exploração e a auto comercialização do "Eu S/A", que rendem lucros às grandes empresas, que são os clientes do auto empresário".

Verifica-se essa dinâmica nas práticas ultra neoliberais do nosso atual governo, na medida em que o Estado brasileiro assume as rédeas da repressão, no sentido de garantir o desmonte de nosso já precário Estado de Bem-Estar Social, enquanto simpatiza com empresas e investidores do mercado da educação e mostra-se alinhado a pauta do ensino domiciliar. De uma forma mais clara, o governo brasileiro, no que pode, passa a mensagem de que não cabe ao Estado, mas sim aos indivíduos, garantir o seu pleno desenvolvimento. Ao Estado, portanto, cabe somente garantir a "liberdade" dos indivíduos, em uma lógica de livre mercado para tal feito.

Foucault (2008), ao fazer a crítica aos neoliberais, compreendia que se formava no horizonte, formas outras de dominação e de autoritarismo, que poderiam ter uma incidência sobre nós, de uma forma mais perversa do que as formas de repressão e de conflito direto com o Estado. Se na Modernidade e no modelo de sociedade disciplinar o debate sobre a educação se dava entre as formas de emancipação e sobre os instrumentos de dominação, na sociedade empresarial contemporânea, ou em uma sociedade de controle, a transformação da educação em mercadoria e em instrumento para se criar capital humano, nos afastaria de qualquer possibilidade tática de luta contra a barbárie.

## **CONCLUSÃO**

---

Buscamos com este escrito traçar caminhos que permitissem compreender as transformações no capitalismo, na sociedade e nos dispositivos de poder e a relação destes elementos com os modelos educacionais. Almejamos assim, debater como a emergência de um discurso em torno da defesa do ensino domiciliar, que atualmente se faz em destaque, não se dá de forma casual e espontânea. Ele surge no bojo de uma série de transformações inerentes a fase neoliberal do capitalismo e constitui-se como um dispositivo importante para a formação de um sujeito empresarial, empreendedor de si, cada vez mais comprometido com interesses individuais.

Destacando certo paradoxo do pensamento moderno, que em especial encontra-se entre os liberais clássicos, no qual certa maneira também se reflete na construção dos debates sobre a educação, em seu modelo universal e como política de Estado. Tal paradoxo estaria no fato de a mesma racionalidade que era vista como instrumento de luta contra a tirania e emancipação do homem, era ela mesma em outra face um mecanismo de dominação e de docilização desse mesmo homem; e será, em certa medida, essa mesma luta (emancipação X dominação), que se desenrolará sob a disputa pelo Estado. O avanço de uma razão neoliberal, o empresariamento de si, faz com que a vertente emancipatória entre em processo de degradação. Pensar processos de emancipação, de libertação, de luta e de resistência contra os mecanismos de dominação se torna algo substituível pelo mérito individual.

O ensino domiciliar então, nos parece fruto desse contexto, onde os interesses individuais em torno da educação se sobrepõem completamente ao debate comum, ao debate

dentro da sociedade. Nessa perspectiva, a educação se torna mais um instrumento de formação de capital humano e de sobrevivência desse sujeito empreendedor de si às exigências do mercado. É sintomático, portanto, a marcha rumo a acomodação e sujeição completa aos mecanismos de captura da fase atual do capitalismo e, por conseguinte, a dificuldade em vislumbrar quais as condições de possibilidade da emergência de um modelo de contraposição em um movimento anti-sistêmico.

**AGRADECIMENTOS:** Os autores agradecem o financiamento para a realização deste estudo fornecido pelas agências brasileiras FAPITEC/SE (Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Código de Financiamento 001.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Carvalho, L. O.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica de conteúdo intelectual importante; Vieira, J. S. M.: revisão crítica de conteúdo intelectual importante. Os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** Os autores declaram que não há conflitos de interesse.

## REFERÊNCIAS

- Adrião, T., & Garcia, T. (2017). Educação à domicílio o mercado bate à sua porta. *Revista Retratos da Escola*, 11(21), 433-446. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i21.783>
- Aguiar, J. V. S. (2013). A escola e o empresariamento do sujeito. *Textura*, 15(27), 98-113.
- Arantes, P. (2014). O novo tempo no mundo: e outros estudos sobre a era da emergência. São Paulo: Editora Boitempo.
- Barbosa, L. M. R. (2016). Homeschooling no Brasil: ampliação do direito à educação ou via de privatização? *Educação & Sociedade*, 37(134), 153-168. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157215>
- Boto, C. (2011). Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. Tese (Livre-Docência). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Brasil (2021). Associação Nacional de Educação Domiciliar – ANED. Recuperado de: <https://www.aned.org.br/index.php/conheca-educacao-domiciliar/ed-no-brasil>
- Brown, W. (2020). E agora, que o neoliberalismo está em ruínas? Recuperado de: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/e-agora-que-o-neoliberalismo-esta-emruinas/>
- Charlot, B. (2014). Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez.
- Deleuze, G. (2010). Conversações (1972-1990). São Paulo: Editora 34.
- Foucault, M. (2008). O nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2016). A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: Martins Fontes.
- Hobsbawn, E. J. (1995). Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das letras.
- Hobsbawn, E. J. (2012). A era das revoluções (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra.
- Lima, J. F. L. (2002). O sujeito, a racionalidade e o discurso pedagógico da modernidade. *Interações*, 7(14), 59-84.
- Menegat, M. (2008). Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie, como a esquerda social pode enfrentar esta questão? *Praia Vermelha*, 18, 146-177.
- Nogueira-Ramírez, C. E. (2010). Pedagogia e governamentalidade ou da Modernidade como uma sociedade educativa. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Oliveira, R. L. P., & Barbosa, L. M. R. (2017). O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. *Pro-posições*, 28(2), 193-212. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0097>

Paulani, L. M. (2006). O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: Lima, J. C. F., & Neves, L. M. W. (Orgs). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 67-107.

Rouanet, S. P. (1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras.

**Recebido:** 19 de março de 2021 | **Aceito:** 2 de maio de 2021 | **Publicado:** 5 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.